

me X

JBR

18.05.88

Pág. 4

Presidente pode ser eleito em abril

Andrei Meireles

Arquivo 22/3/87

Uma nova proposta de mandato presidencial está agitando os bastidores da Constituinte: nem cinco e nem quatro anos, mas uma alternativa intermediária, com a realização de eleições presidenciais e municipais entre abril e maio do ano que vem e a posse do futuro Presidente da República no dia 1º de maio.

Essa proposta, que é uma emenda de autoria do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, recebeu ontem apoio dos senadores Fernando Henrique Cardoso e José Richa. Hoje, o presidente do PFL, senador Marco Maciel, reúne-se com o grupo modernista do partido para examinar a possibilidade de apoiá-la.

Desde segunda-feira, quando os governadores Orestes Quércia, de São Paulo, e Moreira Franco, do Rio de Janeiro, chegaram à conclusão, numa conversa em Brasília, de que uma proposta intermediária na questão do mandato poderia unir o PMDB, sem se atritar com o Planalto, muitos constituintes passaram a examinar fórmulas e as emendas apresentadas. Ontem, o deputado Maurílio Ferreira Lima, coordenador da bancada do PMDB de Pernambuco e quatroanista, trocou idéias com integrantes das diversas correntes da Constituinte e constatou que a emenda Saulo Queiroz, por também ajudar por cinco meses as eleições municipais, obtinha aceitação entre os parlamentares.

Adiamento

Na avaliação de Maurílio Ferreira Lima, o custo das eleições



Deputado Saulo Queiroz (PFL)

municipais está assustando os constituintes e a garantia do seu adiamento seria um argumento suficiente para um acordo com muitos parlamentares favoráveis ao mandato presidencial de cinco anos. Já entre os que defendem quatro anos, a avaliação generalizada é de que essa proposta não será aprovada pelo plenário da Constituinte. Daí o interesse das duas correntes no acordo. O deputado Jaime Santana, do PFL do Maranhão, endossa a avaliação de Maurílio e diz não acreditar num acordo com o Governo em torno da emenda Saulo Queiroz, mas considera plenamente viável um entendimento entre os constituintes, assegurando a maioria necessária à sua aprovação.

Entre os políticos mais ligados ao Planalto, porém, essa nova proposta é vista com cautela e

ceticismo. O deputado Milton Reis, secretário-geral do PMDB, por exemplo, diz que é contra, por não concordar com o adiamento das eleições municipais e com a redução de seis meses do mandato do presidente José Sarney.

O deputado Fernando Lyra aceita até a realização de eleições presidenciais no primeiro semestre do ano que vem, mas não concorda com a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores. Seu raciocínio é pragmático: «Se não dá os quatro anos, tudo que for menos de cinco é bom».

Solução

Já o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, apóia sem ressalvas a emenda Saulo Queiroz: «Já que não dá os quatro anos, essa pode ser uma boa solução. Só não acredito na possibilidade de fazer um acordo em torno dela com o Governo». O senador José Richa considera a proposta de Saulo Queiroz «dos males, o menor» e até acredita no entendimento com o Governo: «Quem sabe esta não é a proposta da conciliação. Se for para conciliar, eu topo. Caso contrário, vou insistir na defesa das eleições municipais e presidenciais ainda este ano».

Difícil será convencer o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, que não abre mão da defesa da realização de eleições presidenciais este ano. O líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, também não concorda com o adiamento das eleições municipais e é a favor do pleito presidencial em novembro deste ano.